

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da apresentação do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 da Força Aérea

Base Aérea nº. 5, Monte Real, 27 de setembro de 2022

No atual contexto internacional, com uma guerra na Europa a pôr em causa a ordem multilateral baseada em regras e princípios, existe uma variedade de problemas que polarizam a atenção pública. **As alterações climáticas e o seu impacto na segurança global correm o risco de perder a centralidade que lhes são devidas.** No entanto, é vital que permaneçam no centro das nossas preocupações.

A grande transição ecológica com que nos deparamos na atualidade está já a provocar mudanças profundas. **A subida do nível médio das águas do mar, a elevação das temperaturas globais, ou o conseqüente aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos,** são apenas alguns dos desenvolvimentos que se encontram hoje comprovados por evidências científicas.

As mudanças climáticas e a degradação ambiental podem, inclusive, criar ou exacerbar tensões existentes em ambientes de conflito, aumentar a violência e gerar necessidades de apoio humanitário adicionais. As consequências que daí podem advir são suficientes para que **encetemos todos os esforços com vista a mitigar os efeitos de futuras crises provocadas por catástrofes naturais.**

Em paralelo, devemos reconhecer que as alterações climáticas multiplicam as ameaças à estabilidade e segurança internacionais, mas que **afetam, em particular, aqueles que se encontram em situações, regiões e países, de maior fragilidade e vulnerabilidade.**

As diferentes implicações destas mudanças devem tornar-se, assim, parte integrante da nossa ação estratégica, preparando a Defesa Nacional para os desafios que já se fazem sentir e aqueles que se avizinham. Essa preparação passa por acompanhar a reflexão já iniciada no contexto das alianças em que nos inserimos. A Bússola Estratégica da União Europeia, aprovada em março deste ano, é clara na **prioridade atribuída ao papel da tecnologia ecológica e da digitalização sustentável no setor da Defesa em geral**, assim como na **necessidade de integrar considerações ambientais em todas as missões e operações civis e militares no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa**.

O novo Conceito Estratégico da NATO, aprovado em junho em Madrid, confere uma centralidade semelhante a estas questões, ao defender uma **avaliação constante do impacto das alterações climáticas na defesa e na segurança, a redução das emissões de**

gases com efeito de estufa, a melhoria da eficiência energética, e o investimento na transição para fontes de energia limpas, ao mesmo tempo que se assegura uma postura de dissuasão e defesa credíveis.

Ambas as organizações convergem ainda ao preconizar a **necessidade de adaptar as Forças Armadas a esta nova realidade, aumentando a resiliência** das mesmas. Esta adaptação passará, invariavelmente, por um **aumento da sua participação em resposta a crises complexas**. Mas implicará também considerar novos desafios operacionais que se colocam, designadamente a **necessidade de dotar os intervenientes em missões e operações com equipamentos adequados eficazes**, sempre que submetidos a condições climáticas extremas.

Minhas senhoras e meus senhores

Em 2016, Portugal assumiu o objetivo de atingir a neutralidade carbónica em 2050. Esta meta, reforçada pelas medidas estabelecidas no Pacto Ecológico Europeu relativas à eficiência de recursos e à utilização de fontes de energia renováveis para autoconsumo, representa um **desígnio cimeiro para o qual este Governo tem trabalhado ativamente.**

É, por isso, que assinalamos hoje com grande satisfação que a Defesa Nacional lidera também nesta área. A Diretiva Ambiental da Defesa Nacional e respetivo plano de ação aprovados em 2020, que o Senhor Diretor-Geral dos Recursos da Defesa Nacional mencionou na sua intervenção, representam um esforço claro e coletivo no sentido de fazermos a nossa parte.

Neste âmbito, a Força Aérea prontamente reconheceu o desafio que as alterações climáticas nos impõem, tal como demonstrado pelo parque fotovoltaico edificado nesta Unidade, com considerável impacto na diminuição do consumo energético da rede, ou pela aposta que aqui é realizada na gestão do parque florestal, entre outros bons exemplos.

Mas destacamos hoje a Força Aérea de forma particular por ter desenvolvido o seu próprio **Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050**. Este roteiro representa um compromisso inequívoco com a redução de emissões de gases de estufa e irá contribuir para a mitigação e adaptação às alterações climáticas. Inserido num quadro mais amplo de ações a nível global, este esforço concorrerá para que **os custos de adaptação possam ser significativamente reduzidos, com poupanças económicas e ambientais evidentes**.

Gostaria, por isso, de saudar este ramo das Forças Armadas, na pessoa do Sr. General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Cartaxo Alves, por mais uma demonstração da capacidade de adaptação e inovação, que tanto caracteriza o trabalho realizado pelos militares e civis que integram a Força Aérea e que é transversal às nossas Forças Armadas.

Este alinhamento constante entre questões climáticas e a sua incorporação nas estruturas da Defesa tem sido possível graças à parceria próxima que o Ministério da Defesa tem mantido com o Ministério do Ambiente, que aqui saúdo na pessoa do Senhor Secretário de Estado do Ambiente e da Energia. Tal relação tem-se materializado ao longo dos últimos anos através do Prémio Defesa Nacional e Ambiente, que vai já na sua vigésima nona edição. Espero que possamos continuar a contar com esta colaboração tão importante.

Contudo, o trabalho da Defesa não se pode deter por aqui. Não podemos apenas incorporar metas da neutralidade carbónica nas nossas missões e operações. Precisamos também de incorporar na missão da Defesa Nacional e nas nossas parcerias internacionais a compreensão de que as alterações climáticas são, de facto, um fator de aceleração de conflitos com um enorme potencial disruptivo para as nossas sociedades e para a segurança coletiva. Temos de integrar no nosso planeamento e na nossa cultura estratégica a noção de que as alterações climáticas são propiciadoras de catástrofes naturais. **O trabalho que será levado a cabo no âmbito da revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que ontem teve oficialmente início, será aqui fundamental.**

Mas para fazer face a estes desafios, é também necessário prosseguir com a adaptação da Defesa Nacional às realidades

contemporâneas. Isso levará, por sua vez, com muita probabilidade, à **multiplicação de missões de apoio a emergências civis, em Portugal e noutras partes do mundo, nas quais as Forças Armadas serão cada vez mais chamadas a desempenhar um papel relevante**, em articulação com forças de segurança e os serviços de proteção civil.

Estou confiante que continuaremos a contar com o envolvimento comprometido de todas e de todos para evitar que as crises ambientais se transformem em crises securitárias, salvaguardando assim os nossos interesses e o nosso futuro em igual medida. E para que a Defesa Nacional permaneça, também nesta matéria, uma área governativa de referência para Portugal.

Muito obrigada.